

Notícias

CTOC quer ser parceiro «pró-activo» no novo SNC

Empossada a comissão que vai analisar modelo contabilístico

Tomou posse no dia de 6 de Maio a Comissão da CTOC para análise do novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Constituída por Avelino Antão, presidente, Lúcia Lima Rodrigues, Hernâni Carqueja, Azevedo Rodrigues e Gabriel Alves, a este grupo de trabalho competirá debruçar-se sobre o projecto do novo modelo contabilístico. As conclusões serão remetidas à Direcção da CTOC que, posteriormente, e com base na apreciação da comissão, submeterá a proposta da Instituição à tutela. Nas breves palavras que dirigiu aos presentes, Domingues de Azevedo referiu que esta comissão surge na medida em que «não é possível ignorar que o processo está em fase de discussão». Como tal, acrescentou, a CTOC «tem de ter uma posição pró-activa, adicionando sugestões ao debate do novo modelo, visto que o actual sistema está há muito esgotado, mostrando-se incapaz de dar resposta às necessidades».

O presidente da CTOC manifestou ainda a intenção de a Câmara propor ao Ministério das

Finanças que alargue o prazo de 60 dias previsto para a discussão pública, pelo menos até 31 de Julho. «Receio que o período estabelecido seja insuficiente para todos os interessados discutirem de forma cabal a temática, nomeadamente as escolas e associações congéneres da CTOC», disse. Domingues de Azevedo questionou, ainda, as implicações do novo SNC na rotina diária de aproximadamente 32 mil Técnicos Oficiais de Contas: «Será que os profissionais estão preparados para a mudança de paradigma?» O responsável máximo da CTOC mostrou-se convicto que o papel da Instituição na formação dos profissionais será decisivo na assimilação das novas orientações. Para finalizar, Avelino Antão, presidente do Conselho Técnico da Câmara e empossado presidente da nova comissão, declarou que o «grupo de reflexão» irá debruçar-se sobre um documento «que não é perfeito» e «que resultou da cedência de várias partes». ■



Os rostos da Comissão para análise do SNC: Azevedo Rodrigues, Avelino Antão, Lúcia Lima Rodrigues, Hernâni Carqueja e Gabriel Alves

Celso Coelho lança novo CD

Trabalho musical do TOC apresentado a 1 de Junho

O Técnico Oficial de Contas n.º 38 334, Celso Coelho, realiza no dia 1 de Junho, no Auditório Municipal de Tondela, pelas 15h30, a festa de lançamento do seu novo CD «Voltaria a viver...». Os interessados em marcar presença no evento devem fazer a sua re-

serva para o número 91 61 85 148. Celso Coelho tem sido presença musical assídua nos últimos encontros nacionais dos TOC e, paralelamente à sua carreira enquanto profissional da contabilidade, desenvolve com igual paixão a sua veia artística no mundo das canções. ■

Futebol, fado e jogos tradicionais no VI Encontro Nacional dos TOC

Inscrições já estão abertas

O dia 5 de Julho foi a data escolhida para a realização do VI Encontro Nacional dos TOC, desta feita em Coimbra, mais concretamente no Estádio Cidade de Coimbra. Organizado por um grupo de profissionais do distrito, constituído em comissão eventual (Manuel Teixeira, Sílvio Vilão, João Reis e Alberto Ferreira, sendo Alberto Braz o elo de ligação dos organizadores com a Direcção), está a ser preparado para os TOC um dos melhores encontros nacionais realizados pela Câmara.

Neste evento podem inscrever-se os profissionais bem como os seus familiares, uma vez que se pretende um dia de festa, convívio e descontração.

O preço por participante será de 15 euros e as inscrições serão feitas exclusivamente no *site* da CTOC. As crianças até aos 10 anos não pagam. Do programa constam jogos de futebol feminino e masculino (futebol

de 7), missa em memória dos Técnicos Oficiais de Contas já falecidos, almoço em tasquinhas diversas, sessão recreativa que contará, entre outras atracções, com um grupo de fados de Coimbra e jogos tradicionais.

Os jogos de futebol estão limitados a duas equipas femininas e duas masculinas, pelo que os(as) interessados(as) deverão inscrever-se o mais rápido possível. Serão validadas apenas as primeiras 20 inscrições femininas (sete para cada equipa e três suplentes), o mesmo se passando em relação à parte masculina. Os equipamentos serão distribuídos no local e oferecidos pela organização.

Os participantes neste VI Encontro receberão ainda uma *t-shirt* alusiva ao acontecimento.

Aos potenciais interessados deixa-se o apelo para que procedam à sua inscrição com brevidade (a data limite é 27 de Junho). Essa é a melhor maneira de ajudar a garantir eficiência na organização. ■

«Gestão da *performance* empresarial»

Formação à distância prossegue em Maio

Após o êxito da primeira etapa oficial do modelo de formação à distância, sobre «Análise de balanços e estudo de indicadores económico-financeiros», prossegue em Maio este novo tipo de formação promovido pela CTOC e dedicado à «Gestão da *performance* empresarial». A apresentação das matérias

estará a cargo de Fernando Almeida, professor da Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve. Serão dois blocos, no total de oito horas, com o custo de 32 euros. Para efeitos do Regulamento de Controlo da Qualidade, a participação equivale a 12 créditos. ■

«Há valores que são inalienáveis»

Novos membros receberam certificados e alguns conselhos

Cerca de cem novos Técnicos Oficiais de Contas, muitos deles acompanhados de familiares e amigos, deslocaram-se, na tarde do passado dia 15, à sede da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas para receber os certificados de membros da Instituição. Foram alguns dos 422 que foram aprovados no último exame de acesso à profissão, ao qual concorreram 793 candidatas.

Foi uma tarde de profundo simbolismo para estes profissionais. Provenientes de todos os pontos do País e portadores das idades mais díspares – um dos novos membros tem já mais de 51 anos e quatro têm entre 46 e 50 anos – estes novos TOC não deixaram passar em branco a oportunidade para conhecer mais de perto a sua nova “casa”. E para que, literalmente, assim fosse, o programa iniciou-se com a visita aos seis pisos superiores da sede da Instituição. Os novos membros ficaram a conhecer mais de perto o funcionamento e estrutura da entidade que regula a profissão. Mais ficariam a saber quando, já no auditório, assistiram à exibição de um vídeo institucional, onde é contada, em poucos minutos, a história da CTOC e de algumas das suas realizações mais marcantes.

Num ambiente onde todos falavam a mesma “língua”, Domingues de Azevedo orientou o seu discurso para as questões práticas e para o sentido ético que deve estar presente em todas elas: «Há valores que não podemos pisar, porque temos um conjunto de normas que devemos cumprir», salientou o presidente da Direcção, que reforçou: «Nós não somos vendáveis. Há valores que são inalienáveis, seja a que preço for. É o nosso brio e a nossa competência que estão em causa.»

Socorrendo-se da sua experiência de três décadas como TOC, Domingues de Azevedo alertou para o aumento das responsabilidades e para os cuidados que é necessário adoptar na tomada de decisões, porque «a partir de agora serão responsabilizados por tudo o que fizerem.» Apesar do dia ser «de muita esperança», o responsável máximo da Instituição aconselhou os novos profissionais a não embarcarem no «facilitismo» e a guiarem-se apenas pela «própria cabeça.»

Ante uma plateia heterogénea, Domingues de Azevedo lembrou ainda a relevância das funções de TOC – «as mais importantes que uma sociedade pode ter», opinou – e terminou com um pedido: «Pratiquem avenças dignas do vosso esforço e trabalho.»

Antes, já António Pires Caiado, vogal da Comissão de Júri de Exames Profissionais, em representação do presidente, Pedro Roque, dirigira breves palavras, alertando para o facto de a inscrição na Câmara ser «a primeira de muitas outras barreiras que surgirão ao longo da vossa vida». Este professor universitário foi categórico e incentivou os novos membros a nunca abdicarem «do rigor. Esta actividade não é fácil nos tempos que correm.»

O presidente da Comissão de Inscrição da CTOC felicitou também os novos membros e congratulou-se por estar diante dos «profissionais do futuro», que iniciaram «uma caminhada que não será nada fácil.» Porque o caminho terá dificuldades, Ezequiel Fernandes vê no triângulo constituído pelo «respeito, integridade e coerência» um precioso auxiliar para prevenir e ultrapassar momentos desagradáveis. ■



A «família» TOC recebe, periodicamente, novos membros

A consolidação da ponte transatlântica

IX Prolatino saldou-se por assinalável êxito

A conclusão sintetiza-se numa palavra: êxito. Cerca de 1400 profissionais, a presença de dois secretários de Estado (Assuntos Fiscais e Justiça), 12 comunicações provenientes de quatro países latinos (Portugal, Brasil, Espanha e Itália) e muitas ideias e contributos em prol do progresso da Contabilidade, atestam bem do espírito que, nos passados dias 9 e 10, esteve presente no Centro de Congressos de Lisboa. Foi a materialização do IX Prolatino – Congresso Internacional de Contabilidade do Mundo Latino, que assim decorreu pela segunda vez consecutiva em Portugal.

Depois, há também a acrescentar a presença do «pai» de todo este movimento, o incontornável António Lopes de Sá, figura cimeira da Contabilidade brasileira e mundial, para quem, como vincou na sua breve intervenção de abertura, «ciência, legalidade e ética deve ser o tripé em que assenta a Contabilidade.» Junte-se ainda a participação dos mais altos responsáveis da Contabilidade brasileira, como Maria Clara Bugarim e Juarez Domingos Carneiro, presidente e vice-

-presidente, respectivamente, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e de representantes da quase totalidade dos 23 Conselhos Regionais de Contabilidade para se ter uma noção mais aproximada da grandeza do evento.

Ante uma plateia atenta e que esgotava o vasto auditório, a sessão de abertura arrancou com breves palavras de Manuel dos Santos, presidente da Mesa da Assembleia-Geral da CTOC, que se congratulou com a adesão massiva dos profissionais e que lhes recordou que «a defesa dos contribuintes é algo delicado e que tem de ser feito com equilíbrio». O eurodeputado não esqueceu as questões comunitárias e lembrou que «a harmonização fiscal na UE não é fácil. As instituições europeias estão empenhadas em avançar com a harmonização possível».

Porque o Técnico Oficial de Contas do presente «vai muito para além do debitar e creditar», Domingues de Azevedo justificou a pertinência do evento com a «necessidade de debatermos questões fulcrais da actualidade» e mostrou-se convicto que a iniciativa é mais uma oportunidade

«para aprofundar conhecimentos, levantar perguntas e tentar encontrar soluções.»

Ideia semelhante foi também expressa pela presidente do CFC, Maria Clara Bugarim, para quem o Prolatino é sinónimo «de aproximação de nações amigas» e significa «mais um forte contributo para o progresso da Contabilidade.»

As vantagens e desvantagens da adopção das normas internacionais de Contabilidade foram um dos temas subjacentes a todo o evento e Carlos Lobo, secretário de Estado dos Assuntos Fiscais,



António Lopes de Sá, o “pai” do Prolatino, dá as boas-vindas aos congressistas

delas falaria também, mostrando-se convicto que «o resultado final será uma síntese dos pontos fortes das escolas anglo-saxónica e latina», numa clara alusão há muita polémica instalada no meio académico e profissional sobre a adopção das novas normas. O responsável governativo deixou ainda um importante aviso à navegação: após a implementação do Sistema de Normalização Contabilístico, que se encontra em discussão pública desde 16 de Abril, «será necessário um *upgrade* da profissão de TOC.» No entanto, é convicção de Carlos Lobo, «apesar de todas as rupturas exigirem custos, os ganhos serão certamente superiores.» O futuro o dirá.

«A Contabilidade e as novas tecnologias»

O primeiro painel desta nona edição do Prolatino, moderado por Filomena Rosa, em representação de António Figueiredo, presidente do Instituto dos Registos e do Notariado, dedicou-se a abordar «A Contabilidade e as novas tecnologias».

José Maria Pedro – Mostrou os efeitos das tecnologias de informação na Contabilidade, bem como a sua relevância no controlo interno e na informação contabilística. Porque a «informação é uma espécie de sombra de tudo o que acontece na organização», este colaborador da Inspeção-Geral de Finanças alertou que, apesar de toda a sofisticação, «não há sistema 100 por cento seguro» e assegurou que «o conceito de documento está hoje associado ao conteúdo e não ao seu suporte», numa clara alusão à mudança vertiginosa dos últimos anos, sobretudo depois do advento da Internet. O orador não tem dúvidas de que «os sistemas de informação contabilística foram muito afectados pela tecnologia». Prova disso é o facto da transacção económica e a Contabilidade se terem desmaterializado,



Carlos Lobo apelou à participação dos profissionais na discussão pública sobre o SNC

ao mesmo tempo que os sistemas de informação são mais amplos e com acesso em tempo real, ao mesmo tempo que ficou evidente que «a tecnologia transformou as profissões ligadas à Contabilidade».

Carlos Santos e Augusta Ferreira – Estes docentes do ISCA de Aveiro, apresentaram um trabalho intitulado «Contabilidade digital: da mecanização à electronização.» Para eles, falar de electronização significa abordar «um novo paradigma» que pode ser observado, por exemplo, na diminuição do atraso associado a transacções dentro do mesmo processo. Estamos, então, na era da Contabilidade digital, algo que foi definido «como conjunto de transacções padronizadas, definindo um único *layout*, de forma que possam ser lidas em qualquer plataforma informática.» Por isso, no mundo da Contabilidade digital «desapareceram as barreiras geográficas e temporais da informação», mas é bom ter em conta que «a integração de sistemas de informação é fundamental para se atingir um estágio de desenvolvimento em que se possam afirmar todos os valores da Contabilidade digital, constituindo um *cockpit* informacional.»

Os efeitos desta Contabilidade já se começam a fazer sentir em duas áreas relevantes: «A consolidação e divulgação do relato financeiro e a auditoria contínua.» Os dois investigadores salienta-

ram a importância do XBRL afirmando que esta linguagem permite, por exemplo, «à empresa-mãe aceder à informação individual preparada por cada empresa, sem ter preocupações sobre quais as tecnologias que cada uma utiliza, e consolidá-la num único documento.» Ou seja, na era da Contabilidade digital, o «tempo real começa a ser referido como uma necessidade».

Francisco Regateiro – Para este colaborador da CTOC e mestre em Informática, cujo trabalho «As TIC para os TOC» encerrou o primeiro painel do dia, «as tecnologias, por si só, nada resolvem. Elas interagem com os processos e as pessoas.» Ou seja, apesar da facilidade de manuseamento e da rapidez de execução associadas a muitas tecnologias elas não são, por si só, garante de maior competitividade. Socorrendo-se de estudos realizados, o orador lembrou que «a produtividade não depende do nível de tecnologia.» E porquê? É essencial que se olhe também para o factor humano, pelo que a «produtividade surge do equilíbrio entre tecnologia e conhecimento.»

«A Contabilidade e o conhecimento científico»

O segundo painel, moderado pelo “pai” do Prolatino, António Lopes de Sá, debruçou-se sobre «A Contabilidade e o conhecimento científico».

Hernâni Carqueja – Este professor da Faculdade de Economia da Universidade do Porto e um dos decanos da Contabilidade portuguesa, teceu reparos ao modelo do sistema de normalização contabilística por «complicar, em vez de simplificar», «não inovar e não reduzir os custos» e «não contribuir para a competitividade da economia e dos profissionais portugueses». O director da «Revista de Contabilidade e Comércio» admitiu que as mudanças terminológicas que têm sido operadas «complicam» o processo.

Sobre a consulta pública em curso, Carqueja afirmou que a CTOC deve pugnar pela defesa do

modelo de normalização mais adequado à utilização pelas entidades não visadas pelas normas internacionais.

Domingos Cravo - «As Normas Internacionais de Contabilidade mudam porque é necessário alimentar o mercado de capitais e o sistema capitalista». A opinião foi manifestada por Domingos Cravo, professor do ISCA de Aveiro e membro da Comissão de Normalização Contabilística. Cravo, que é também membro do Gabinete de Estudos da CTOC, acrescentou que é no «anarquismo epistemológico» que se encontra a explicação para a mutação das normas. «As NIC, pelo efeito económico que geram, determinam que haja vencedores e derrotados. Os políticos perceberam que as normas induzem efeitos económicos, por isso exigem estudos de impacto das normas», disse. Domingos Cravo referiu que a Contabilidade está em mudança, «enquanto sistema de informação e sistema de informação comunicacional» e deixou uma pergunta à assistência: «O utilitarismo exacerbado não está a retirar o escopo científico da Contabilidade?».

Maria Clara Bugarim - A presidente do Conselho Federal de Contabilidade do Brasil também não poupou críticas. Maria Clara Bugarim afirmou que «não podemos permitir passivamente as normas americanas que nos querem impor, mas também não podemos fechar as portas. É preciso assimilar o que elas têm de bom, fazendo emergir as especificidades de cada país». A especialista brasileira acrescentou que a «Contabilidade, en-



As Normas Internacionais de Contabilidade estiveram “debaixo de fogo” no IX Prolatino

quanto ciência que é, não pode estar ao serviço dos interesses financeiros, devendo antes ser um factor de protecção social, na gestão e controlo da riqueza da comunidade». Sobre os Técnicos Oficiais de Contas, Clara Bugarim defendeu que os «cientistas da Contabilidade», devem ser «auxiliares do fisco», mas jamais devem submeter-se a quem quer que seja, mantendo incólume a função de guardiães da riqueza».

Uma palavra final para o apelo da responsável do CFC para o 18.º Congresso Brasileiro de Contabilidade, que vai ter lugar em Agosto, em Gramado, Rio Grande do Sul, subordinado ao tema «Contabilidade – Ciência ao serviço do desenvolvimento.»

«A Contabilidade Pública: que futuro?»

As exposições apresentadas no terceiro e último painel do primeiro dia estiveram a cargo de dois oradores estrangeiros e um português. O tema era sugestivo «Contabilidade Pública: que futuro?» e teve a moderá-lo Leonor Fernandes Ferreira, docente universitária.

Stefano Pozzoli – Este membro do *International Public Sector Accounting Standards Board* (IP-SASB) forneceu uma ideia geral sobre a forma de funcionamento do IFAC (*International Federation of Accountants*) e deixou claro que uma das principais funções do IPSASB é a de «facilitar a convergência das normas internacionais de contabilidade do sector público a nível nacional e internacional.» Nesse sentido, este orador ita-

liano lembrou que existem já 26 normas, sendo que está a ser ultimada, no Brasil, a tradução para português. Pozzoli garantiu que organismos internacionais como a ONU, NATO, OCDE e INTERPOL, para além de diversos países, aplicam já estas normas, cujo objectivo fundamental é «desenvolver um quadro conceptual para o sector público, divergindo do IASB apenas quando for necessário para reflectir as diferenças existentes no sector público.» Para Pozzoli, tudo se resume a uma questão de competitividade. E aos países, tal como nas empresas, é necessário que apresentem «declarações de qualidade.»

Vicente Montesinos – Catedrático de Economia Financeira e Contabilidade na Universidade de Valência, este orador começou por lançar uma questão: é útil e necessária aos governos a informação dada pela Contabilidade Pública? A conclusão foi em sentido positivo, apesar de alertar para as diferenças e especificidades do sector: «Nas entidades públicas não falámos de proprietários mas de cidadãos e instituições públicas.» Para este professor espanhol, é imprescindível «uma linguagem pública para que possamos comparar», pelo que «mais transparência e eficiência são as grandes prioridades de todo o processo.» Vicente Montesinos não tem dúvidas de que as «normas de relato financeiro governamentais, quando comparáveis, são uma boa ferramenta para a gestão e implementação de reformas públicas.» Seja como for, Montesinos vê as NIC como a «chave» de todo este processo, uma vez que elas são a base para as NIC do sector público.

João Carvalho – Doutorado em Ciências Empresariais, apresentou uma comunicação intitulada «Análise SWOT da Contabilidade Pública em Portugal», na qual enumerou os objectivos da Contabilidade Pública e traçou um breve historial dos seus 15 anos de vida. O presidente da Comissão para a Contabilidade Pública da CTOC não tem dúvidas de que também neste campo existe criatividade, uma vez que «na administração pública há uma tendência para apresentar as demonstrações contabilísticas de forma mais vantajosa e favorecedora, adicionando-lhe um pouco de brilho.» João Carvalho apresentou algumas das ameaças e oportunidades com que, a nível interno e externo, a Contabilidade Pública se depara e concluiu



Maria Clara Bugarim e Domingues de Azevedo assinam o protocolo que irá ajudar os restantes países da CPLP

que a reforma, em Portugal, «tem mostrado algum sucesso». Este docente universitário deixou claro que «a Contabilidade Pública não pode ser imposta», ao mesmo tempo que alertava para a possibilidade de se estar a «construir castelos inúteis», pelo que é indispensável «assumir politicamente os pontos fracos e dar maior utilidade à informação disponibilizada.»

«A função social da Contabilidade»

A manhã de sábado principiou com o painel dedicado a um tema que tem, ultimamente, vindo a emergir: «A função social da Contabilidade». Armando Marques, vice-presidente da CTOC e moderador do painel, referiu que a «vertente social tem cada vez mais importância na vida dos cidadãos, ganhando terreno à Contabilidade dos números. Infelizmente, o trabalho é muito, mas os profissionais deviam dedicar algum do tempo que lhes sobra para investigar e apurar a sensibilidade em assuntos desta natureza».

Manuel Caseirão - Autor do livro «Auditoria Ambiental – Perspectiva contabilístico-financeira» abordou o tema da Contabilidade Ambiental e os vários tipos de poluição que agridem a atmosfera diariamente, partindo-se do pressuposto que segundo estudos de cientistas as alterações climáticas podem custar mais do que duas guerras mundiais e é previsível que em 2050 possam existir cerca de 150 milhões de refugiados ambientais, segundo a Universidade de Oxford.

O responsável por uma empresa de auditoria e consultoria referiu que a consciência ambiental é cada vez maior, mas existe ainda um longo caminho a percorrer. «Só nos Estados Unidos, por exemplo, produzem-se em cada minuto 400 mil garrafas de plástico e 212 mil latas». Caseirão acrescentou que é preciso esclarecer que «todos os consumos e poupanças são registáveis. A Contabilidade Ambiental é um sub-conjunto da Contabilidade Financeira». O orador deu ainda o exemplo dos verdadeiros custos de uma barragem que «nunca estão reflectidos no balanço. É preciso ouvir as pessoas da Contabilidade sempre que se chame estes temas à colação».

Consciência ambiental deve ser sinónimo de responsabilidade social e cidadania empresarial», concretizou. «Os relatórios ambientais e de sustentabilidade devem fazer parte da rotina de uma empresa», disse. Contudo, as boas práticas ainda não são devidamente premiadas. «Para uma empresa laxista acaba por compensar o crime, se se comparar com a atitude cumpridora de uma empresa consciente. É mais barato transgredir, poluir e pagar a multa do que cumprir. Saúda-se que existam empresas com uma postura pró-activa e com consciência ambiental». Manuel Caseirão concluiu a sua intervenção chamando a atenção para a importância da Directriz Contabilística 29 que, lamentou, «pouca gente a utiliza».

Juarez Domingues Carneiro - Debruçou-se sobre o balanço e a responsabilidade social das organizações. O vice-presidente do CFC incidiu a sua análise sobre o foco social da organização assente numa sociedade mais fraterna e no valor do compromisso. Os projectos de responsabilidade social desenvolvidos pelo CFC foram apresentados por Carneiro à assistência. Para o responsável brasileiro, o TOC «é formador de opinião, influenciando as organizações e a realização de projectos», especialmente de cariz inovador, tendo exemplificado com as acções sócio-ambientais. No mesmo âmbito, Juarez Carneiro fez alusão ao protocolo rubricado durante este Prolatino entre a CTOC e o CFC que visa transferir o conhecimento acumulado dos profissionais de ambos os países para os seus congéneres da CPLP.

Lúcia Lima Rodrigues – Foi a primeira mulher portuguesa doutorada em Contabilidade e pros-



João Tiago Silveira, Domingues de Azevedo, António Lopes de Sá e Maria Clara Bugarim: o IX Prolatino saldou-se por mais um sucesso

seguiu a abordagem à vertente social da disciplina contabilística: «A Contabilidade molda-se ao ambiente, ao País e a cada cultura nacional, especificidade fiscal, etc.», referiu a docente, que enfatizou a sua contribuição para o desenvolvimento económico e social. Para Lúcia Lima Rodrigues, «a Contabilidade tem vindo a relacionar-se muito de perto com a sociedade civil à medida que o número de *stakeholders* da empresa cresce e se tornam mais exigentes na prestação de contas». A docente da Universidade do Minho definiu o vocábulo em voga, *stakeholders* ou utilizadores de conta, como sendo os «accionistas, os empregados, os clientes, os financiadores, o governo e a sociedade em geral». Segundo Lúcia Rodrigues, «os defensores do ambiente, os consumidores e os “media” também são *stakeholders*. O modelo de prestação de contas olha a empresa como uma entidade social».

A questão ambiental não foi esquecida: «Neste momento, os organismos de normalização contabilística estudam a aplicação de normas sociais e ambientais no relato financeiro. Uma empresa não sobrevive se ferir o contrato social que tem com a sociedade. A poluição é um desses casos», diz a docente, considerando que a reputação é um recurso intangível importante. Uma palavra final para os Técnicos Oficiais de Contas e a sua atitude perante os fenómenos que os envolvem: «É preciso não esquecer que o profissional é detentor de informação privilegiada, influenciado as empresas nos aspectos sociais e ambientais».

O que aconteceria se os TOC fizessem greve?

Na sessão de encerramento, Domingues de Azevedo realçou que neste congresso foi «abordada a Contabilidade fora do contexto em que é habitualmente percebida», tendo sido clarificadas as verdadeiras vertentes em que assenta o exercício da profissão. «A Contabilidade é transversal à vida das empresas e à sociedade», disse o presidente da CTOC. «O principal objectivo deste evento foi alcançado: a incidência da nossa preocupação sobre o TOC enquanto homem e profissional, estreitando os laços entre os colegas portugueses e brasileiros».

Maria Clara Bugarim sublinhou a «rica troca de conhecimentos» que o evento permitiu, tendo lembrado que os profissionais dos dois países estão separados pelo Atlântico, mas unidos pela

Contabilidade, em alusão ao título do livro dos professores Lopes de Sá e Rogério Fernandes Ferreira, editado pela CTOC em 2006.

Por seu turno, o «ideólogo» do Prolatino, Lopes de Sá, desejou que muitos outros eventos desta natureza aconteçam em Portugal e não afastou a hipótese de sedear na Europa a organização das suas próximas edições. «Os contabilistas são a base e uma garantia para o Estado. O que aconteceria a Portugal e ao Brasil se os TOC decretassem um dia de greve? Seria uma subversão», rematou.

Coube a João Tiago Silveira encerrar o IX Prolatino. O secretário de Estado da Justiça lembrou que a CTOC e os TOC «têm sido verdadeiros parceiros na política de simplificação», muito por «culpa» da sua atitude de querer «arriscar» e posicionar-se na vanguarda em matéria de aceitação de práticas inovadoras. Reduzir custos de contexto e o aumento da qualidade de vida das pessoas, tornando as empresas mais competitivas e dinâmicas, são os principais benefícios que o governante identifica na simplificação de procedimentos, em iniciativas, por exemplo, como a «Empresa na Hora», a eliminação de escrituras ou a IES.

João Tiago Silveira escolheu o Prolatino para anunciar mais novidades nos actos relacionados com os registos de imobiliário e predial. O secretário de Estado informou que estas medidas, a entrar em vigor de forma faseada, a 21 de Julho de 2008 e a 1 de Janeiro de 2009, resultam da aprovação, em Conselho de Ministros, de um diploma proveniente da Comissão de Desformalização, da qual a CTOC faz parte. O governante, que apelidou o pacote de medidas de desburocratização e simplificação dos actos desenvolvidos por pessoas e empresas de «terramoto tranquilo», acrescentou que uma das novidades ao abrigo desta nova era de práticas relacionadas com os registos imobiliários e prediais prende-se com a inauguração do «Balcão Único para os actos prediais», onde será possível efectuar a compra e venda de casa, empréstimos, hipotecas, liquidar o IMT, o imposto do selo, solicitar a alteração da morada fiscal, entre outras operações. De momento, existem 40 postos de atendimento em oito capitais do distrito, mas a partir do início do próximo ano a rede vai estender-se a todo o País.

A «eliminação das certidões em papel» nas conservatórias é outro dos avanços anunciados pelo secretário de Estado, tendo data marcada para 21 de Julho próximo.

O reforço dos serviços *online* vai manter-se na primeira linha de preocupações da Secretaria de Estado, existindo já a garantia que muito em breve os TOC terão em seu poder o cartão único, um su-

porte que permite unificar num só documento toda a informação, indo ao encontro de uma exigência dos serviços que requerem a assinatura digital qualificada disponível no Cartão de Cidadão. ■

Protocolo para transferências de conhecimentos

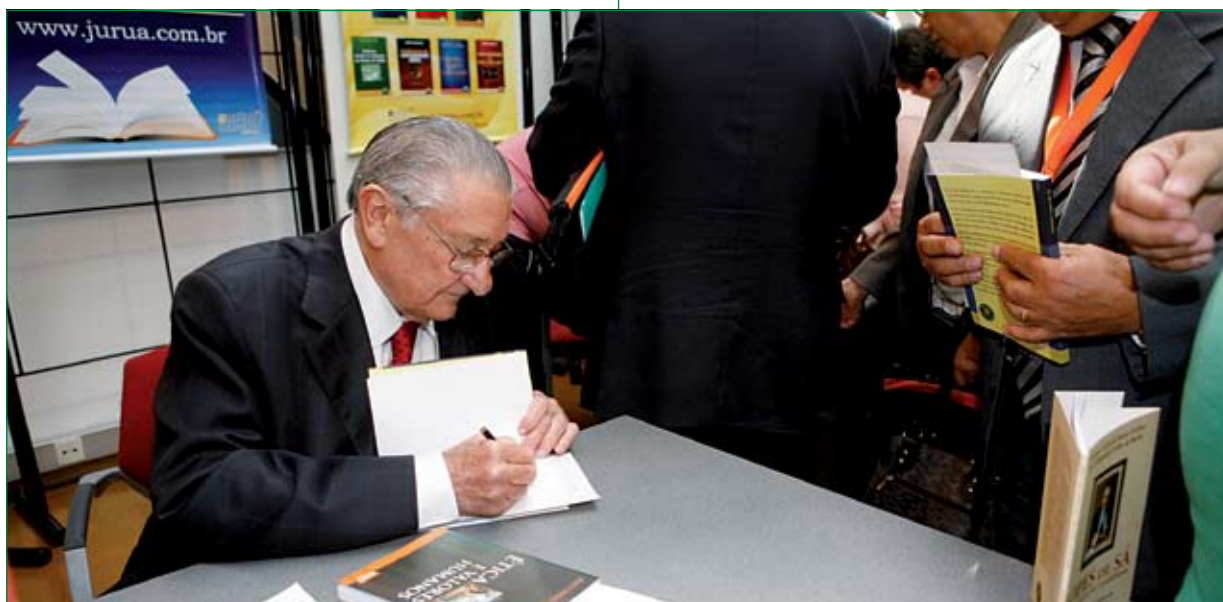
CTOC e CFC unem esforços para ajudar CPLP

O IX Prolatino foi o palco escolhido pelos responsáveis máximos da CTOC e do CFC para a assinatura de um protocolo que visa a transferência de conhecimentos de Contabilidade de Portugal e Brasil para os restantes países de língua portuguesa. A ideia nasceu na sequência do II Congresso dos TOC, realizado em Novembro de 2006, no qual um dos painéis foi dedicado à Contabilidade nos países que se expressam em português. Face às carências relatadas, CFC e CTOC decidiram unir esforços. «É um projecto ambicioso, que ultrapassa o habitual conceito de Contabilidade», frisou Domingues

de Azevedo, para quem esta iniciativa é também «um enorme contributo para a preservação da língua portuguesa no mundo.» O presidente da CTOC salientou ainda que o projecto «é transversal e vai desde o ensino superior à organização profissional.»

Maria Clara Bugarim, depois de falar um pouco sobre a génese do projecto, reforçou a ideia de unidade que é necessário acalentar: «Jamais seremos suficientemente fortes se não soubermos dar as mãos». Por isso, no entender da presidente do CFC, «assumimos aqui um compromisso de cada vez mais caminharmos juntos.»

Novo livro de António Lopes de Sá



«Consciência ética» é o mais recente livro de António Lopes de Sá. Aproveitando a realização do IX Prolatino, o autor deu a conhecer a sua obra à comunidade profissional e académica portuguesa. A avaliar pela rapidez com que “desapareceu” a cerca de centena e meia de exemplares disponíveis, a obra promete.

Unir esforços contra as NIC

Ciclo de conferências em oito cidades no âmbito do IX Prolatino

Oito conferências em outras tantas cidades e com o apoio de diversas instituições de ensino superior - Lisboa, Faro, Évora, Vila Real, Braga, Porto, Aveiro e Coimbra, por ordem de realização -, entre os dias 2 e 16 de Maio, tendo como tema central as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) levaram cerca de milhar e meio de TOC a escutarem as posições frontais (e polémicas) de António Lopes de Sá e de outros especialistas sobre a pertinência, forma de implementação, tradução e rigor científico das NIC.

Um rotundo «não» às actuais NIC é a posição assumida por António Lopes de Sá, doutor em Ciências Contábeis e um dos grandes nomes da Contabilidade mundial. «Nas NIC não tem havido responsabilidade com os conceitos da ciência. Estamos perante interesses muito fortes das grandes multinacionais de auditoria», sustentou o «pai» do Prolatino. Diante de plateias atentas e rendidas aos seus dotes oratórios, Lopes de Sá deixou bem claro que o «problema das normas chega a ser hilariante. Veja-se o que se passa

com as traduções, por exemplo. Chega-se ao ridículo de dizer que activo é recurso, só porque a palavra inglesa é *resource*.»

Em ataques sucessivos à «oligarquia» que tenta obrigar o mundo a seguir a aplicação das normas, Lopes de Sá mostrou-se sempre contundente, garantindo que «às NIC falta tudo: critério, ciência, autoridade» e garantiu que «a estrutura conceptual do IASB é um primor de asnicie.»

Com uma exposição intitulada «Valor da teoria e teoria do valor», Lopes de Sá, cidade após cidade, foi desfiando argumentos: «As NIC são um princípio de desobediência civil porque estão acima das leis dos diversos países.» Preocupado com o futuro e com a imagem dos TOC, o orador não tem dúvida de que as NIC levarão, mais tarde ou mais cedo, a que os profissionais sejam responsabilizados por fraudes gigantescas: «Somos dos poucos profissionais obrigados a errar. Vejam a bandalheira que está aí instalada com a mais recente crise financeira e com algumas vozes a levantarem-se já a culpar os contabilistas.»



A pertinência, a implementação e o rigor científico das normas, foram temas centrais nas exposições apresentadas por Lopes de Sá e Leonor Fernandes Ferreira no ciclo de conferências

Primeiro a Sul e depois a Norte, Lopes de Sá lembrou que «padronizar é conversa fiada. O que existe é um processo de espionagem económica em curso e não me sinto ética e moralmente obrigado a perfilhar este movimento. Não podemos ficar quietos. Não contesto as normas, mas sim o modo como estão a ser feitas e pelo grupinho que as protagoniza, comandado por indivíduos que arredaram os cientistas do processo», disse. Lopes de Sá garantiu que «só a ciência tem condições para oferecer aos profissionais a necessária garantia de credibilidade.»

O criador do movimento Neopatrimonialista insistiu que «com estas normas, desprovidas de ciência, não se resolvem os problemas das empresas». Fazendo uso da sua habitual boa disposição, o catedrático brasileiro comparou as leis ditadas pela IASB à infalibilidade atribuída às encíclicas papais. «A estes senhores não interessa a verdade, só interessa gerar o lucro e o prejuízo, em função das conveniências.»

E porque esse risco é real, em Braga, Domingues de Azevedo deixou alguns pontos de reflexão para os TOC: «Quem paga os milhões de euros gastos neste processo de normalização? Quem paga quer receber contrapartidas, ou seja, favores? E essa cadeia de interesses pode desvirtuar a Contabilidade?», ciência que no entender do presidente da Câmara «pode ficar longe das mãos dos profissionais.»

Fiscalidade essencial para desenhar a Contabilidade

Neste ciclo de conferências, Lopes de Sá teve vários «companheiros de jornada», uma vez que, por motivos de saúde, acabou por não ser possível contar com a colaboração de Rogério Fernandes Ferreira. Em Lisboa (dia 2), Évora (dia 7), Porto (dia 14), Aveiro (dia 14) e Coimbra (dia 16) Leonor Fernandes Ferreira baseou a sua apresentação no trabalho «A representação contabilística e o relato financeiro em Portugal», caracterizando o contexto em que as normas contabilísticas têm sido elaboradas e descrevendo o ambiente em que as empresas portuguesas fazem o relato financeiro e quem nele participa.

Na abordagem histórica para enquadrar a regulamentação contabilística, Leonor Fernandes Ferreira chamou a atenção para a profunda relação existente em Portugal entre Contabilidade e Fiscalidade, assegurando mesmo que «a Fiscalidade foi essencial para desenhar a Contabilidade que as empresas portuguesas hoje fazem.» A

professora universitária evidenciou ainda as diferenças entre os países de influência continental e os de influência anglo-saxónica, algo que, com a adopção das NIC, se poderá esbater.

Debruçando-se depois sobre a organização da profissão de TOC, a docente elogiou o papel da CTOC ao dinamizar e prestigiar a imagem da profissão na sociedade. Socorrendo-se de um livro de Gonçalves da Silva na década de 30 sobre as qualidades fundamentais dos guarda-livros, a oradora chamou a atenção para a importância que a ética e a deontologia já tinham naquele período. Ponto comum com a actualidade: o carácter exigente da profissão, factor que se acentuou com a mais recente evolução do sistema contabilístico.

Normas procuram soluções de elevada qualidade

Em Faro, a 5 de Maio, Cristina Gonçalves debruçou-se sobre «As normas Internacionais de Contabilidade e o sistema contabilístico português.» Numa intervenção onde expôs as razões que contribuíram para a influência das NIC em Portugal, a oradora recordou que um dos pontos mais polémicos do IASB é, precisamente, o seu financiamento por multinacionais de auditoria. De qualquer forma, Cristina Gonçalves lembrou igualmente que um dos principais objectivos do organismo é «atingir uma convergência das normas nacionais e internacionais de contabilidade com soluções de elevada qualidade.»

Olhando para o modelo português, a professora da Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo (ESGHT) lembrou que o modelo IASB/UE e o modelo POC, que compõem o sistema em vigor, «não são facilmente “intercambiáveis”, pois os critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação são distintos.» Projectando depois o futuro, a docente universitária chamou a atenção para a mudança de paradigma que a CNC propõe, ao caminhar do reconhecimento para a divulgação.

NIC desenhadas para satisfazer interesses dos mercados de capitais

Domingos Cravo, professor do ISCA de Aveiro, esteve presente nas conferências de Vila Real e Braga, realizadas a 12 de Maio e debruçou-se sobre as alterações introduzidas resultantes da adopção das normas no sistema de normalização contabilística. «Devem as normas ser globais? Não podem, por-

que precisam de reflectir a situação e o ambiente que envolve as empresas e os fenómenos económico-financeiros que as rodeiam». O académico, que admitiu a hipótese de os governos poderem, em breve, ser obrigados a tomar medidas sobre esta matéria, também rejeitou que se ganhe comparabilidade com as normas, visto que o ambiente jurídico, fiscal e económico é omitido. Contudo, Domingos Cravo, membro da Comissão de Normalização Contabilística, admite que «não vale a pena pensar que o processo das NIC vai ter marcha-atrás». Colocando o dedo na ferida, Domingos Cravo afirmou que «muitos, e alguns muito conhe-

cidos, beneficiam fortemente com este percurso das normas. São entidades muito mais preocupadas com a “sua” economia do que com a Economia», acrescentou. «As NIC foram desenhadas, em primeiro lugar, para satisfazer interesses e mercados de capitais globais. As normas não são neutras e induzem resultados económicos», frisou.

O professor universitário, que também integra o Gabinete de Estudos da CTOC, afirmou que «a nossa cultura contabilística é distinta de todas as outras», o que tem consequências na aplicação. Contudo, ressaltou, «devemos, enquanto cidadãos, argumentar e discutir as decisões dos políti-

TOC a controlar sorteados em Junho

Créditos são necessários para manter inscrição válida

No sentido de dar seguimento ao anunciado no *site* da CTOC, no decurso do mês de Junho serão sorteados os TOC a controlar no decurso de 2008.

Recorda-se que até 31 de Dezembro terá que ser feita a prova de obtenção em 2006, 2007 e 2008 dos créditos necessários para manter a inscrição em vigor na Câmara. Esta obrigação só se aplica aos TOC que, em 2006, ou a partir daí, entregaram declarações de rendimento de empresas pelas quais são ou

eram os responsáveis pela contabilidade. A Câmara está a preparar o processo para que, em Julho, seja enviada informação aos membros sobre os créditos obtidos.

Formação 2008

Por outro lado, já se encontra em execução o programa de formação para 2008, nas suas diversas vertentes, pelo que se aconselha a sua consulta no *site* da CTOC. ■

Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2006 será apresentado em Julho

No decorrer das «II Jornadas de Finanças e Contabilidade Locais»

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, trabalho que desde o seu início tem vindo a ser acarinhado e apoiado financeiramente pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, possibilitou, pela primeira vez em Portugal, uma leitura integrada e comparativa da situação económica e financeira dos municípios portugueses.

Até à sua publicação existiam estudos separados deste ou daquele município, mas

que, independentemente do seu mérito, não permitia a formação de uma ideia sustentada da situação económica e financeira das autarquias.

Encontra-se em fase de conclusão o estudo relativo a 2006, sendo intenção da CTOC e dos autores proceder à sua apresentação no decorrer das «II Jornadas de Finanças e Contabilidade Locais», a realizar em Julho. ■

Inscrições abertas para o 18.º Congresso Brasileiro de Contabilidade

Negociados quatro programas de viagens

A Câmara está a promover a participação dos Técnicos Oficiais de Contas no 18.º Congresso Brasileiro de Contabilidade, a realizar pelo Conselho Federal de Contabilidade na cidade de Gramado, Rio Grande do Sul, entre 24 e 28 de Agosto.

No sentido de possibilitar aos TOC a oportunidade de conhecer, ou visitar, se disso for caso, alguns locais de interesse do Brasil, preparamos com a agência de viagens Abreu, um conjunto diversificado de programas, podendo os profissionais optar por aquele que melhor se adequa às suas expectativas:

Programa 1 – Gramado e Rio de Janeiro: Partida de Lisboa a dia 23 de Agosto com escala no Rio de Janeiro e chegada a Porto Alegre no dia 24. Permanência na cidade de Gramado entre 24 e 28, com regresso nesse dia ao Rio de Janeiro onde se permanecerá até 30, dia de regresso a Lisboa.

Programa 2 – Gramado e Salvador da Baía (fora da cidade): Partida de Lisboa para Salvador da Baía no dia 16, onde se permanecerá até 23 de Agosto. Nesse dia, partida para Porto Alegre/Gramado, onde se fica até ao dia 27. No dia 28, regresso a Lisboa com escala no Rio de Janeiro.

Programa 3 – Gramado e Salvador da Baía (cidade): Partida de Lisboa no dia 23 com escala em S. Paulo e partida para Gramado, onde se permanecerá até ao dia 28. Regresso nesse dia a Salvador da Baía, onde se permanecerá até ao dia 31 de Agosto, dia de retorno a Lisboa.

Programa 4 – Foz do Iguaçu, Curitiba, Florianópolis e Gramado: Saída de Lisboa a 18 de Agosto com destino a S. Paulo e partida para a Foz do Iguaçu no dia 20. Embar-

que também a 20 para Curitiba, partindo-se depois para Florianópolis no dia 22. A 24 faz-se a viagem para Gramado. No dia 28, viagem para o Rio de Janeiro, onde se permanece até ao dia 31, data de embarque para Lisboa.

Os preços a praticar são os seguintes:

Programa 1 - Quarto duplo: 1 690 euros; quarto single: 1 970 euros;

Programa 2 - Quarto duplo: 2 190 euros; quarto single: 2 700 euros;

Programa 3 - Quarto duplo: 1 880 euros; quarto single: 2 130 euros;

Programa 4 - Quarto duplo: 2 520 euros; quarto single: 3 020 euros.

Em qualquer dos programas, indica-se apenas a opção mínima, existindo outras disponíveis, pelo que deve ser consultado o programa completo e aquelas opções no *site* da CTOC.

Os preços incluem as deslocações aos lugares indicados e o *transfer* dos aeroportos para os respectivos hotéis ou locais, sendo o alojamento em regime de pequeno-almoço.

No caso de pretender assistir ao 18.º Congresso Brasileiro de Contabilidade, o custo da inscrição é de 40 euros, que deve ser feita exclusivamente no *site* da CTOC.

A escolha do programa e respectivo pagamento são tratados, por sua vez, com a agência Abreu. Os TOC podem aceder a essa informação através de um *link* criado na página da Câmara. Para efeitos de controlo da qualidade, serão atribuídos 33 créditos.

Uma vez que é necessário confirmar hotéis, viagens e a presença no Congresso, só são aceites inscrições até ao dia 20 de Junho. ■

